

# CONFERÊNCIA - SEIXAL / 22 ABRIL 2024

DEMOCRACIA E PODER LOCAL NA DEFESA DOS VALORES AMBIENTAIS - DO PASSADO AO FUTURO

## ENQUADRAMENTO TEMÁTICO

A conferência organizada pela Simarsul e a Câmara Municipal do Seixal, no âmbito das comemorações do 20.º Aniversário da empresa de saneamento da Península de Setúbal, procurou debater os eixos centrais estratégicos e políticos, a par das evoluções ambientais que foram percorridas desde a implantação do poder local democrático.

Neste sentido, o diversificado painel de oradores, procurou responder às seguintes questões:

*Dra. Luisa Schmidt, socióloga e investigadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, apesar dos problemas e insuficiências ainda existentes no que toca ao saneamento de águas residuais urbanas, abordou os caminhos que foram percorridos no contexto das políticas ambientais no nosso país. E, numa segunda ronda, elaborou sobre como pode a Simarsul - enquanto parceira dos municípios e do Estado - contribuir para aproximar as políticas de sensibilização ambiental junto das comunidades em prol do desenvolvimento do território da região a que se destina e serve?*

*Já o professor João Pato, investigador na Universidade de Lisboa e Netherlands Environmental Assessment Agency, elaborou, na mesma linha de raciocínio, se no quadro da grande urgência das políticas públicas de abastecimento e saneamento de água em Portugal, temos hoje essa consciência ambiental e perceção das populações para a importância do saneamento na qualidade de vida dos cidadãos e das famílias. E que ensinamentos da história das políticas públicas no setor devem constituir apostas de futuro?*

*O ex-ministro da Saúde, António Correia de Campos, professor catedrático na Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa, dissertou sobre se na dicotomia saneamento e saúde pública estarão em risco as conquistas trazidas pelo SNS, neste caso tendo em conta a visão mercantilizada do ambiente na saúde, submetidas a lógicas de resultados meramente financeiros. E que ensinamentos nos trouxe a gestão da Covid no que toca às entidades que gerem as águas e o saneamento em Portugal.*

*Sofia Martins, Secretária-Geral da Associação de Municípios da Região de Setúbal, explicou o papel pioneiro da AMRS na articulação entre saneamento e gestão territorial e procurou responder à equação estratégica da defesa das regiões administrativas, capazes de definir e executar políticas regionais também no diz respeito às questões ambientais. Numa segunda intervenção, e tendo em conta os novos desafios da atualidade, foi questionada sobre os cenários que devem ser equacionados pela Simarsul para elevar a sustentabilidade e competitividade no nosso território.*

*Finalmente, o vereador da Câmara Municipal do Seixal, Joaquim Tavares, testemunhou o papel do município seixalense (o segundo mais populoso da região) na dupla qualidade de cliente e acionista da empresa, relativamente ao percurso destes vinte anos de atividade da Simarsul. E foi chamado a responder a como pode a Simarsul responder melhor às preocupações do município, relativamente à articulação entre a baixa e a alta de saneamento e aos desafios comuns que se colocam para o futuro próximo.*

## SÍNTESES E CONCLUSÕES

Ficaram claros os avanços desenvolvidos a partir do advento da Revolução de Abril, também nas matérias ambientais, nomeadamente com a criação do Poder Local Democrático, que é responsável por mais de 50 por cento do investimento público do país. Neste contexto, foi sublinhado que estes movimentos e preocupações nos diversos clusters ambientais em desenvolvimento tiveram como ponto de partida um país e uma região com índices de saneamento básico muito baixos, situação que só começou a ser invertida desde a criação das primeiras comissões administrativas.

Por outro lado, e não menos importante, os instrumentos de Planeamento e Ordenamento do Território na região foram decisivos para uma gestão mais articulada das políticas, estratégias e investimentos, entretanto operados nas últimas décadas.

Encadeando, mais em detalhe as intervenções dos oradores convidados, Luisa Schmidt passou em revista os principais marcos do desenvolvimento no setor das águas e, concomitantemente na sua ligação às políticas ambientais.

Neste sentido, referiu que foi duplamente marcante o percurso da água e do saneamento a partir do 25 de Abril. “Mais de metade da população na tinha acesso ao abastecimento de água, sendo que estas, para consumo público, também não eram servidos por esgotos”. E assinalou que a inversão deste estado paupérrimo e as grandes mudanças procederam a alterações radicais em poucas décadas.

Ainda assim, e mesmo considerando que o abastecimento público básico de água tivesse passado a ser uma prioridade absoluta, os resultados não traduziram essas mudanças na vida real tão depressa quanto seria desejável, uma vez que o Estado e as diversas tutelas não conseguiram investir, em diversos períodos da história recente, em todos os meios necessários.

Frisou ainda que nessa primeira fase do pós-revolução, verificou-se uma certa disputa entre autarquias e administração central, nomeadamente com as primeiras a reclamar a gestão das áreas ligadas ao saneamento.

Só mais tarde, com a adesão de Portugal à União Europeia (à época CEE), em 1985, se consumou a grande viragem. A investigadora afirmou mesmo que “foi o marco para as grandes mudanças, que abriu as possibilidades de financiamento para obras urgentes e altamente onerosas”. Lembrou também que ocorreu, a partir desse período, uma nova arrumação orgânica das estruturas que passaram a tutelar estas áreas, fator igualmente decisivo para o progresso e modernização do setor.

Luisa Schmidt não deixou de enfatizar que está ainda por concretizar o saneamento de cerca de 15% das águas residuais, e que esse é um dos desafios mais urgentes a resolver num futuro próximo.

Em matéria de sensibilização, o especialista João Pato, deixou a ideia de que haverá junto da população ativa uma espécie de acomodação, subsistindo a perceção que os problemas nestas áreas estão resolvidos. Em sentido contrário, “as gerações mais jovens parecem mais despertas para o aprofundamento destas matérias, havendo a sensação de que há muito a fazer. Estão mais disponíveis para a sensibilização e mais ativos, e esse é um legado importante para o futuro próximo”.

O professor Correia de Campos não poupou palavras para afirmar, categoricamente, que mesmo com estes avanços todos e em todos os setores da nossa vida em comum, tudo está em risco, incluindo a relação do saneamento e saúde pública. E preciso, no entanto, salientou, que haja cada vez mais informação e ação concreta junto das populações, porque só com essas iniciativas os riscos podem ser minimizados.

Lembrou os avanços com o Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente os baixos índices da mortalidade infantil, que é, como referiu “um orgulho nacional”, e explicou que essas conquistas tiveram a ver com o aumento de recursos e prioridades da tutela, mas também com políticas de vacinação.

A importância da AMRS ao longo das últimas décadas como parceira para a resolução de problemas de diversas ordens no território da Península, incluindo o setor dos recursos hídricos, foi considerada decisiva por Sofia Martins, secretária-geral da Associação de Municípios da Região de Setúbal.

Num tom de maior preocupação, Sofia Martins aludiu ao carácter voluntarista da AMRS, que depende em qualquer circunstância, da vontade dos municípios. E afirmou que, no atual quadro, as associações de municípios no nosso país não substituem a necessidade da regionalização e das regiões administrativas consagradas na constituição, acrescentando que as políticas de descentralização para as autarquias e as novas orgânicas das CCDR não resolvem o problema, por falta de um nível de governação que só se resolverá com as regiões administrativas.

A palestrante considerou também que a Simarsul tem hoje um modelo adequado de funcionamento, porque obriga-se a pensar o território no seu todo e, nesse sentido, define prioridades de investimento com base nessa dimensão. E lembrou que no caso do setor das águas, estas matérias não têm fronteira, dando como exemplo o abastecimento em alta, com concelhos de maior capacidade que outros, situação que só pode ser resolvida com uma visão de articulação integrada.

Descendo ao paradigma do concelho do Seixal, o vereador Joaquim Tavares, com larga experiência autárquica e em particular neste setor, encetou um balanço sobre a recuperação e o desenvolvimento que o concelho registou nas últimas décadas, destacando, por exemplo, tratar-se do concelho que mais recolhe bioresíduos em toda a Área Metropolitana de Lisboa.

Afirmou, com toda a clareza de forma crítica, que o setor não deve ser gerido com um sentido meramente mercantilizado, tornando-se apenas num negócio, porque agrava os custos para as autarquias. E mostrou preocupação com a emissão de licenças pela administração central em áreas que confrontam regulamentos camarários e que deveriam estar sujeitas às políticas e decisões locais.

A conferência foi moderada por Alfredo Monteiro, um dos autarcas mais experientes da Península de Setúbal, tendo sido presidente da Câmara do Seixal entre 1998 e 2013, e exercido ao longo do seu percurso político, entre outras, funções de topo na Associação de Municípios da Península de Setúbal e Associação Nacional de Municípios.

Nas diversas intervenções que proferiu, no sentido de sistematizar as diversas intervenções, historiou as mudanças operadas na região, nomeadamente as lutas, os constrangimentos e as dificuldades que tiveram que ser ultrapassadas junto da administração central e diversos governos, para que os municípios da margem Sul obtivessem algumas das conquistas relativas ao seu progresso e desenvolvimento. A última das quais, frisou, teve a ver com a reversão do processo estatístico da região no quadro da União Europeia, que vai permitir à Península de Setúbal ter majorações no que toda aos fundos comunitários, com a criação, já sem retorno, das NUT II e III.

Ainda assim, alertou para o facto de “nada estar ganho”, pois a complexidade dos fundos comunitários para a setor das águas e, de forma mais ampla, para a sustentabilidade ambiental, é um problema que necessita de grande atenção, pois não está nem vai ser simétrico no todo nacional.

De assinalar que a regionalização acabou por dominar parte da discussão do painel, com a maioria das intervenções a defenderem essa reorganização orgânica do país, pela necessidade de aproximar as decisões políticas e administrativas das populações.

## **NOTAS SOLTAS**

### **Luisa Schmidt**

. Com a criação das sete regiões hidrográficas, no quadro da Lei da Água, aumentou-se a capacidade técnica e aproximaram-se as populações. Mas isso acabou e foi um erro, uma vez que essa gestão passou a ser aglutinada apenas na APA.

. É preciso acabar com os zigzagues em torno da gestão da água, desde logo com as mudanças de governança. E é preciso que as populações sejam mais atuantes e envolvidas. As escolas são fundamentais para perceber e dar a conhecer o ciclo da água, tal como se fez e está a fazer com os resíduos.

. Os problemas ligados à água precisam de mais visibilidade pública, não podem ficar apenas nas canalizações. O saneamento é o assunto mais obscuro do ciclo da água. E a reutilização tem mesmo que ser uma prioridade, tal como correu em Espanha.

### **João Pato:**

. Ainda se sente uma certa tensão entre os poderes locais e regionais e a administração central na gestão de setores como o da água. A criação do grupo Águas de Portugal foi muito importante porque aproximou o Estado e as Autarquias nesta relação de altos e baixos.

**António Correia de Campos:**

. O país continua a ser altamente centralizado, há o bom exemplo da Bélgica, também um país pequeno, mas regionalizado e com sucesso.

. Não há vigilância epidemiológica pós-covid, e não se percebe porque é que não se fazem análises aos esgotos, porque constituem uma forma extraordinária de identificar problemas de saúde pública. Neste sentido, há necessidade de criar uma rede de vigilância epidemiológica. Temos empresas consideradas, equipamentos sofisticados, bons recursos humanos, conhecimento científico e técnico, pelo que há oportunidade para empreender uma rede de análise bacteriológica aos esgotos, como forma de monitorizar as mutações.

**Sofia Martins:**

. A taxa de fundos comunitários da Simarsul é das menores no todo nacional. Tem que haver uma disposição dos municípios para continuar a investir na empresa, pois ao longo destes anos quem mais financiou a Simarsul foram os municípios.

. É imperioso proceder à monitorização do aquífero do Tejo. Não pode estar a ser explorado continuamente e sem regra, em captações ad-hoc.

. Necessidade de se reaproveitar a água tratada no ciclo urbano da água, com outra abordagem, nomeadamente o problema das tubagens existentes. A Simarsul tem que se preparar para cada mais ciclos de chuvas rápidas e intensas.

**Joaquim Tavares:**

. Necessidade da concretização das obras planeadas que veem servir populações, mas também proceder a intervenções nos emissários que registam alguns problemas.

. Necessidade de usar água tratada para o ciclo da produção de hidrogénio no concelho.

. Necessidade de manter os municípios com a maioria da empresa.